

INPC não refletirá a alta do custo de vida

Da sucursal do
RIO

A primeira consequência da medida é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de base para os reajustes semestrais de salários e para aumento dos aluguéis residenciais, deixará de expressar a verdadeira variação de preços registrada na economia. Isso significa que os próximos índices de aumentos semestrais de salários não refletirão integralmente a alta dos preços, com perda de renda para todas as faixas salariais.

Na nota distribuída pela assessoria do ministro Delfim Netto, o termo "expurgo" foi cuidadosamente evitado, recorrendo o ministro à expressão "neutralização" para indicar o método a ser empregado daqui por diante pelas duas instituições responsáveis pela medição da variação dos preços dos produtos e serviços nos diferentes setores da economia nacional.

Procedendo à decodificação da nota oficial, observa-se que ela precisa ser dividida em três partes. Na primeira, quando a assessoria do ministro do Planejamento refere-se ao fato de que a "neutralização das

altas de preços pelo conceito de inflação corretiva incidiria sobre o petróleo, trigo, seus derivados, assim como sobre as repercussões mais imediatas dessas altas".

Essa parte da nota significa que os aumentos de preços dos derivados do petróleo bem como do trigo e seus subprodutos serão expurgados ou não considerados em sua totalidade no Índice Geral de Preços (que mede a inflação), no Índice de Preços por Atacado (que mede a variação dos preços dos produtos na porta das fábricas) e no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (que serve para reajustar salários e aluguéis).

Na segunda parte da nota, a assessoria do ministro Delfim Netto menciona metodologia utilizada em outros países — que não especifica — para igualmente expurgar, dos índices de preços da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE, altas de preços de produto Hortigranjeiros e agrícolas provocadas pela ocorrência de secas, geadas ou outros fatores climáticos.

A terceira parte da nota da assessoria do ministro do Planejamento revela que tanto a FGV quanto o IBGE calcularão os dois índices.